

Mais além dos vestígios da história colonial na Guiné

A “GUINÉ DO CABO VERDE”: Produção textual e Representações (1578-1684).

José da Silva HORTA
Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
APPACDM. Novembro de 2011.

A História da África vem ganhando cada vez mais espaço no Brasil. No ambiente acadêmico, nas escolas ou nas editoras interessadas em publicar novos materiais, cresce o interesse por pesquisas que tenham como tema a África. Isto tem sido uma consequência positiva da Lei 10.639/2003¹ que determina a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos nas salas de aula. Entretanto, sabemos que ainda existem historiadores que não acreditam na possibilidade desse estudo, pois pregam o velho discurso da ausência de fontes. Para estas pessoas pouco informadas a leitura do livro *A “Guiné do Cabo Verde”* de José da Silva Horta é essencial. O autor demonstra a possibilidade de construir uma História africana, rea-

lizando um trabalho epistemológico sério com as fontes portuguesas. Neste livro, Horta fornece uma lista de fontes para estudar a África Ocidental, no século XVI e XVII. Além de analisar estas fontes, constroi sua pesquisa ultrapassando os vestígios da história colonial e reatando os laços com a experiência dos povos africanos.

A *“Guiné do Cabo Verde”* é uma edição revista da tese de doutoramento de José da Silva Horta, apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2002. O autor foi diretor dos programas de Pós-graduação em História da África, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e é investigador do Centro de História da mesma instituição. É um renomado pesquisador na área de História da África, cujo foco de estudo tem sido as representações do africano construídas na literatura de viagem, no espaço da Guiné.

Ao trabalhar com o espaço da Guiné, o autor divide o *corpus* documental em duas fases. A primeira, que se estende de 1453 a 1508, aborda os primeiros contatos e as primeiras representações construídas pelos portugueses a respeito dos povos africanos no espaço da Guiné. Em contraponto, o *corpus* documental produzido de 1578 a 1684, trata de textos e de representações muito distantes do confronto inicial entre o horizonte cultural dos viajantes e redatores e as realidades humanas dos diferentes povos da Guiné. Portanto, os textos da segunda fase testemunham novas circunstâncias

¹ Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003, assinada por Luis Inácio Lula da Silva, Presidente da República e Cristovão Buarque, Ministro da Educação.

de relacionamento, ligações profundas entre espaços portugueses e africanos, entre a costa “guineense” e o arquipélago de Cabo Verde, novas e heterogêneas formas de viver e de pensar esses espaços. O objetivo principal de José da Silva Horta é estudar e desvendar o corpus documental produzido pelos portugueses na segunda fase.

Foi em torno da problemática da produção textual sobre a “Guiné do Cabo Verde” que a pesquisa se organizou. Por isso, na primeira parte do livro, Horta busca delimitar o espaço geográfico que suscitou a produção do *corpus* documental estudado, em que afirma que a África Atlântica entre o Rio Senegal e a chamada Serra Leoa aparece em diferentes textos portugueses compondo uma totalidade comum. Este espaço foi nomeado de diferentes formas: “Guiné do Cabo Verde”, “Rios de Guiné do Cabo Verde”, “Rios de Guiné”, “Rios do Cabo Verde”, “Cabo Verde” e “Guiné”, mas estes significantes correspondiam todos a uma mesma categoria de representação. O objetivo é demonstrar que quando as fontes tratam da categoria “Guiné do Cabo Verde” não se pretende apenas abordar um termo geográfico, trata-se de demonstrar que existia uma relação de relevância entre as ilhas de Cabo Verde (sobretudo Santiago) e o continente fronteiro. Ou seja, ele pretende mostrar que o discurso sobre o espaço está também ligado às práticas econômicas, nomeadamente mercantis, políticas, religio-

sas exercidas ou projetadas. Existia, portanto, um interesse por parte de cabo-verdianos (como André Álvares Almada e André Donelha) em estabelecer uma relação de posse em relação à costa atlântica africana. Por isso, vários textos produzidos tratavam de delimitar e nomear a região descrita como “Guiné do Cabo Verde”. Existia, portanto, uma luta de representação do espaço.

Além de delimitar o espaço geográfico que suscitou a produção dos textos estudados, o pesquisador também pretende caracterizar o meio sociocultural de produção das obras estudadas. Horta afirma que os textos da segunda fase foram produzidos ou pelos “práticos dos rios da Guiné” ou pelos chamados “reinois”. Os primeiros teriam profundo conhecimento do espaço e da realidade social-cultural dos povos que viviam na região da Guiné, uma vez que moravam naquela região e tinham uma identidade étnica luso-africana. Os segundos são representados principalmente pelos missionários jesuítas, como os padres Baltazar Barreira e Manuel Álvares, que chegavam com pouco conhecimento sobre a região, mas demonstravam interesse em conhecer o espaço-alvo das suas ações e para isso contavam com a ajuda dos “práticos da Guiné”. Com isto, José da Silva Horta deseja demonstrar que existia uma cadeia de intermediação que ajudava na produção do *corpus* documental estudado. Ou seja, os missionários para escreverem sobre a região da Guiné contaram com a leitura de

diferentes textos produzidos pelos “práticos da Guiné”, com a ajuda das informações dos homens luso-africanos e também com a ajuda dos grumetes (africanos que conheciam diversas línguas e guiavam os mercadores-viajantes pelos rios da Guiné). Através desta reflexão, Horta tem o intuito de demonstrar que a história dos textos de matéria guineense é feita duma sucessão de produções e de apropriações de textos e discursos.

Após a explicação do espaço geográfico e do meio sociocultural ligado ao contexto de produção das fontes estudadas, José da Silva Horta procura diferenciar os textos que compõem este *corpus* documental. Diferencia dois grupos principais de texto: textos de finalidade ou funcionalidade imediata, ou seja, de caráter político-administrativo ou assegurando o funcionamento corrente das instituições e textos tratadísticos. Enquanto o primeiro tipo constituía um texto de urgência, a escrever rapidamente para servir ao fim imediato (cartas e relatórios); um texto do segundo tipo, os tratados, tinham uma profundidade e extensão bem maior e seu processo de redação era mais lento.

Em síntese, a obra *A “Guiné do Cabo Verde”* tem como objetivo central descrever o estudo de uma nova sequência textual sobre a Guiné, no sentido em que há um espaço geográfico que suscitou

a produção de um *corpus* textual específico, que tem relação com o mundo cabo-verdiano-guineense em que surgiu e com uma sucessão de produções e de apropriações de textos e discursos.

Apoiado em notável pesquisa documental, o excelente trabalho de José da Silva Horta destaca-se pelo esforço relevante que desenvolveu ao listar diferentes fontes (relatórios oficiais, correspondências, relatos de viagem, tratados), produzidas no mundo luso-africano, que podem ser utilizadas pelo historiador como fontes históricas disponíveis para se entender a História da África. Desde que o historiador esteja atento para a necessidade de realizar um estudo crítico destas fontes, refletindo sobre as condições de produção, o olhar etnocêntrico e repleto de interesses que estas obras carregavam. A leitura deste livro interessa principalmente a pesquisadores da área de humanidades que tenham como foco o estudo de relatos de viagem e a formação do espaço geográfico caracterizado como “Guiné do Cabo Verde”, bem como a qualquer leitor interessado em conhecer um pouco mais sobre os contatos entre os portugueses e os africanos nos séculos XVI e XVII.

Jeocasta Juliet Oliveira Martins

Mestranda em História Social da Cultura pela UFMG